



澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

## INTERPELAÇÃO ESCRITA

Um ambiente sem barreiras arquitectónicas é condição fundamental para a inserção, em termos de igualdade, dos portadores de deficiência na vida social, é garante da segurança das deslocações, e elemento importante para a melhoria do meio urbano. Na verdade, um ambiente sem barreiras não se cinge apenas à vertente material, deve também abranger o acesso à informação e à comunicação.

Com a definição, nestes últimos anos, de diversos parâmetros para os planos de construção de um ambiente sem barreiras arquitectónicas por parte das autoridades, deu-se, de facto, um grande passo em frente. Contudo, carecem de urgente solução as questões e as dificuldades ao nível da comunicação livre de barreiras. Segundo algumas organizações e associações da área da reabilitação, apesar de a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência já se encontrar em vigor em Macau, não está ainda a ser aplicada integralmente, portanto, nos grandes eventos organizados pelo Governo ou nas sessões de auscultação de opiniões e de esclarecimento sobre as medidas e políticas, nomeadamente relativas à área da educação e emprego, muitas vezes, as necessidades dos portadores de deficiência não têm merecido as devidas consideração e



澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

atenção. Por exemplo, nas últimas eleições para a Assembleia Legislativa, muitos deficientes auditivos participaram no “Dia do Início da Campanha Eleitoral da Assembleia Legislativa”, para se inteirarem melhor sobre os programas eleitorais dos diversos candidatos, e queixaram-se de que só quando chegaram ao local é que tomaram conhecimento de que não havia tradução gestual, nem legendagem, razão pela qual tiveram de recorrer, o que não aconteceu pela primeira vez, aos préstimos das organizações e associações, para que estas destacassem especialistas para o local, caso contrário teria sido em vão todo o esforço empregue para a sua participação nessa actividade.

— Como é do conhecimento de todos, criar um ambiente sem barreiras arquitectónicas é um princípio importante consagrado na Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, por isso a adesão de Macau à mesma representa a sua concordância com o espírito e os conceitos consagrados, sendo, assim, o aumento constante do nível das instalações sem barreiras arquitectónicas e a implementação das suas normas são responsabilidade e também obrigação para Macau. Há que aplicar rigorosamente os parâmetros fixados para as instalações sem barreiras arquitectónicas, melhorar as já existentes, reforçar a comunicação com os portadores de deficiência e o nível das instalações, aumentar a fluidez dos canais de acesso à informação e garantir a igualdade de participação, promovendo a mútua tolerância e a auto-valorização.



澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

Assim sendo, interpelo sobre o seguinte:

1. Qualquer cidadão normal acede à informação através da participação em eventos públicos, dos órgãos de comunicação social ou da internet, mas estas vias podem não ser as melhores ou podem até ser difíceis para os portadores de deficiência. Um ambiente sem barreiras arquitectónicas é condição fundamental para a inserção, em termos de igualdade, dos portadores de deficiência na vida social e é garante da segurança nas deslocações e da partilha conjunta dos frutos do desenvolvimento socioeconómico. O acesso livre de barreiras à informação não é menos relevante do que as instalações sem barreiras arquitectónicas, os portadores de deficiência devem ter também igual direito de acesso à informação. Como é que o Governo lhes garante isso? E como é que vai atender às suas necessidades especiais, aquando da participação em actividades sociais relacionadas com os mais diversos sectores? E como é que vai garantir o cumprimento das normas da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência?

2. No Planeamento Decenal do Desenvolvimento dos Serviços de Reabilitação 2016-2025, o Governo afirma que, para ajudar na reabilitação e integração social dos deficientes, planeia-se desenvolver a curto (2016-2017), médio (2018-2020) e longo (2021-2025) prazo 350 projectos que *“contemplem 13 áreas de serviços, pois é através da implementação de forma sistemática do desenvolvimento contínuo dos serviços de reabilitação é que se constrói em conjunto uma sociedade harmoniosa e inclusiva assente em direitos*



澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

*iguais*<sup>1</sup>”. Assim, gostaria de saber o seguinte: qual é o ponto de situação dos trabalhos da 1.<sup>a</sup> fase do Planeamento Decenal do Desenvolvimento dos Serviços de Reabilitação? No próximo ano passa-se à 2.<sup>a</sup> fase, então, como é que se vão articular os serviços de reabilitação e as necessidades dos portadores de deficiência, de forma a implementar um ambiente sem barreiras, no que concerne quer às instalações físicas quer ao acesso à informação, dando-se assim mais um passo para ajudar na reabilitação e integração social dos deficientes?

11 de Dezembro de 2017

—  
O Deputado à Assembleia Legislativa da RAEM,

**Ho Ion Sang**

---

<sup>1</sup> Planeamento Decenal do Desenvolvimento dos Serviços de Reabilitação.